

Ciências Sociais e Humanidades: mais excelência, maior impacto

Internacionalização, pluralismo, pluridisciplinaridade, avaliação,
disseminação e relação entre as políticas científicas nacional e
comunitária

José Mattoso (Presidente), Heitor Alvelos, Inês Duarte, João Ferrão, João Ferreira do Amaral,
Luísa Pedroso Lima, Paula Elyseu Mesquita, Rosa Maria Perez, Vasilis Koulaidis

RELATÓRIO FINAL

28 de Dezembro de 2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades (CCCSH) é um órgão consultivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) constituído em 2010 para apoiar as decisões do Conselho Directivo da FCT. Com o objectivo de conhecer melhor a perspectiva das unidades I&D financiadas pela FCT sobre os problemas da investigação em Portugal neste domínio, o CCCSH desenvolveu, entre Janeiro e Novembro de 2011, um processo de auscultação a estas unidades. Este Relatório apresenta algumas das reflexões que emergiram desta consulta.

Foram auscultadas 132 unidades I&D, que se pronunciaram sobre os processos de avaliação de bolsas, projectos e unidades I&D, a pluridisciplinaridade, a cooperação institucional entre unidades de investigação e a disseminação dos resultados de investigação. As sessões de auscultação foram avaliadas pelas unidades I&D como uma iniciativa muito positiva, tendo-se verificado uma importante convergência de posições entre áreas disciplinares muito distintas.

Num contexto de forte investimento na ciência como o que se observou em Portugal nos últimos anos, o desenvolvimento das ciências sociais e humanidades tem sido extremamente positivo, com taxas muito elevadas de crescimento da produção científica, que importa manter. A partir da auscultação realizada, sistematizámos seis grandes domínios de intervenção da FCT para o futuro:

- **Manter a aposta na internacionalização:** Existem grandes assimetrias na internacionalização das diferentes áreas disciplinares, pelo que é necessário prosseguir uma política consistente que continue a promover a abertura ao exterior. Em particular, é necessário questionar a insuficiente dimensão de algumas unidades, a desadequação dos indicadores bibliométricos como factor quase exclusivo de avaliação do grau de internacionalização e a insuficiente presença portuguesa em parcerias e redes internacionais, nomeadamente nas que envolvem países da comunidade lusófona e países ditos emergentes com relações históricas com Portugal (Índia e China).
- **Garantir o pluralismo:** Nas ciências sociais e humanidades, como noutras áreas, nem sempre é fácil que as ideias inovadoras façam o seu caminho na investigação contra o poder dos paradigmas *mainstream*. No caso da investigação financiada por dinheiros públicos é imperioso garantir o pluralismo na investigação científica, em especial no que respeita a paradigmas e metodologias.
- **Promover a pluridisciplinaridade:** Este é um factor essencial de maximização de recursos na resposta a alguns dos problemas complexos que se colocam à Europa contemporânea, razão pela qual foi integrado na agenda científica da União Europeia. Importa, portanto, preparar as unidades I&D para assumirem maior protagonismo em concursos/projectos pluridisciplinares que mobilizem redes europeias.
- **Melhorar continuamente os processos de avaliação:** A avaliação da ciência é fundamental tanto para a promoção da excelência como para o desenvolvimento das desejáveis relações

de confiança entre a FCT e as unidades I&D. Nesse sentido, é importante manter a estabilidade e previsibilidade do sistema de avaliação, melhorando o seu potencial para incentivar o desempenho científico (em particular em áreas estratégicas), para avaliar a pesquisa interdisciplinar, para estimular o impacte social e económico do conhecimento produzido e para valorizar a investigação de qualidade publicada em língua portuguesa.

- **Ampliar e diversificar a disseminação da produção científica:** A comunidade científica tem desenvolvido estratégias cada vez mais activas, inclusivas e diversificadas para aumentar o impacte da produção científica na sociedade e na economia. Importa continuar este movimento favorável a uma maior apropriação do conhecimento científico por parte de entidades externas ao mundo académico, através de iniciativas de divulgação da cultura científica e de transmissão do conhecimento, reforçando tanto o seu impacte social e económico quanto o seu papel como factor de inovação social.
- **Articular as política científicas nacional e comunitária:** A investigação científica em ciências sociais e humanidades pode ter um papel decisivo e instrumental na identificação e enquadramento dos desafios que Portugal e a Europa terão de defrontar nas próximas décadas. Para tal é necessário incluir prioridades estratégicas na política de financiamento da ciência, garantir uma melhor articulação entre as linhas de financiamento europeu e os interesses nacionais e clarificar formas de complementaridade entre apoios comunitários e nacionais.

Para cada um destes domínios, foram elaboradas recomendações específicas, dirigidas, por um lado, à FCT e, por outro, às unidades I&D.

O Relatório termina com a identificação das tarefas que o CCCSH considera prioritário desenvolver a curto prazo.

INTRODUÇÃO

A constituição do Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades (CCCSH) foi proposta em 26 de Abril de 2010 pelo Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tendo sido homologada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no início do mês seguinte (3 de Maio de 2010). Este Conselho, como os restantes Conselhos Científicos da FCT, tem uma natureza consultiva e visa apoiar, no âmbito da sua área de intervenção e de acordo com as competências que lhe foram atribuídas¹, as decisões do Conselho Directivo da FCT através de relatórios, pareceres, estudos e recomendações.

Reunindo regularmente desde a data da sua homologação, o CCCSH tomou, entre outras, a decisão de iniciar em Janeiro de 2011 um processo de auscultação de todas as unidades I&D do domínio das ciências sociais e das humanidades financiadas pela FCT, com dois objectivos: tomar conhecimento directo da diversidade de perspectivas, interesses e prioridades das unidades I&D e estimular um maior contacto entre elas.

Este processo de auscultação desenvolveu-se num contexto particularmente relevante, dado que se dispõe de um enquadramento geral e muito recente produzido pelo International Social Science Council (ISSC) através da publicação do *World Social Science Report 2010*² e, ao mesmo tempo, se encontram em discussão as questões-chave a ter em conta nos programas de financiamento da investigação e inovação da União Europeia a vigorar após 2013³.

Face a esta situação, o CCCSH considerou essencial cruzar as análises e recomendações de âmbito genérico apresentadas pelo ISSC para o domínio das ciências sociais e das humanidades com as visões e necessidades de natureza mais específica das unidades I&D nacionais. Este cruzamento permite “localizar” o debate promovido pelo International Social Science Council e, ao mesmo tempo, posicionar a realidade nacional num contexto global.

Complementarmente, o debate aberto pelo Livro Verde sobre os futuros programas de financiamento da investigação e inovação da União Europeia, e relativamente ao qual este Conselho emitiu um Parecer (ver Anexo 1), contribuiu para balizar algumas das questões-chave que as unidades I&D do domínio das ciências sociais e das humanidades deverão ter em consideração para se prepararem adequadamente para o período 2014-2020.

O presente Relatório apresenta uma síntese resultante das sessões de auscultação das unidades I&D do domínio das ciências sociais e das humanidades. Foram consultadas as unidades I&D actualmente financiadas pela FCT (Anexos 2 e 3), repartidas por treze áreas disciplinares e incluindo, ainda, os dois actuais Laboratórios Associados (Quadro 1).

¹ Art. 7.º do Decreto-Lei n.º 152/2007, de 27 de Abril, que estabelece a Lei Orgânica da FCT.

² ISSC (2010), *World Social Science Report 2010*, UNESCO Publishing, Paris.

³ CE (2011), *Livro Verde. Dos Desafios às Oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da UE*, COM(2011) 48 final, Bruxelas, 9.2.2011.

Quadro 1. Unidades I&D auscultadas, por áreas disciplinares, durante 2011.

Áreas disciplinares	Total de Unidades I&D	Data de realização da sessão de auscultação
Antropologia	2	27 Janeiro 2011
Economia e Gestão	18	25 Fevereiro 2011
Laboratórios Associados (CES-UC e ICS-UL)	2	25 Fevereiro 2011
Geografia, Demografia, Sociologia	11	21 Março 2011
Estudos Africanos	3	29 Abril 2011
História e Arqueologia	17	29 Abril 2011
Estudos Artísticos	17	15 Junho 2011
Psicologia	9	15 Junho 2011
Ciências da Linguagem	6	15 Junho 2011
Ciências da Educação	11	26 Setembro 2011
Estudos Literários	13	17 Outubro 2011
Ciência Jurídicas e Ciências Políticas	10	2 Novembro 2011
Filosofia	9	2 Novembro 2011
Ciências da Comunicação	4	2 Novembro 2011
TOTAL	132	

Às unidades I&D foi explicitamente solicitado que se pronunciassem sobre quatro temas:

- Processos de avaliação de bolsas, projectos e unidades I&D;
- Papel da FCT no estímulo à pluridisciplinaridade;
- Formas de cooperação institucional entre unidades de investigação da mesma área científica;
- Formas de estímulo à apropriação social dos resultados de investigação.

A prioridade atribuída a estes temas resultou de um debate no seio do CCCSH que levou em conta a experiência individual dos seus membros como investigadores, o seu conhecimento da realidade científica nacional e internacional e ainda a assunção de que a existência de uma política de estímulo à investigação e inovação em ciências sociais e humanidades exige a clarificação da repartição de responsabilidades pelas diversas instituições envolvidas - sobretudo a FCT e as unidades I&D, mas também as Faculdades e Universidades de que as unidades I&D fazem parte, as entidades comunitárias com competências no domínio das políticas de ciência e inovação e os vários agentes externos à comunidade científica (museus, escolas, empresas, autarquias, organizações não governamentais, entre outras) que desempenham um importante papel como disseminadores, utilizadores e beneficiários do conhecimento produzido.

A cada uma das unidades I&D foi atribuído um limite máximo de 10 minutos para intervir oralmente sobre os temas indicados. Foi ainda concedida a possibilidade de apresentarem por escrito, antes ou depois da sessão de auscultação, não só os comentários relativos aos temas indicados mas também observações complementares que considerassem pertinentes.

As sessões de auscultação foram reiteradamente avaliadas pelas unidades I&D como uma iniciativa muito positiva, pela oportunidade de exprimirem directamente as suas posições e pela possibilidade de confrontarem essas posições com as de outras unidades da mesma área disciplinar. Registe-se

que, se várias destas unidades têm um historial significativo de cooperação pessoal ou mesmo institucional, outras não tinham estabelecido, até então, qualquer contacto entre si.

Deve sublinhar-se que o objectivo deste Relatório não é sintetizar e veicular as posições defendidas pelas unidades I&D auscultadas mas antes, após a audição dos seus responsáveis e a ponderação dos vários argumentos e sugestões enunciados, apresentar a posição e as recomendações deste Conselho em relação a um conjunto seleccionado de questões.

Este Relatório encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Capítulo 1: breve caracterização da investigação em ciências sociais e humanidades em Portugal;
- Capítulo 2: análise e recomendações por questões-chave consideradas prioritárias: internacionalização; pluralismo; pluridisciplinaridade; avaliação; disseminação; e relação entre as políticas científicas nacional e comunitária;
- Capítulo 3: identificação dos próximos passos (tarefas prioritárias).

CAPÍTULO 1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES EM PORTUGAL

Nos últimos anos assistimos a um crescimento sem precedente dos indicadores de ciência em Portugal. De acordo com os dados oficiais mais recentes, o **número de investigadores por 1000 activos** é de 7,2 em 2008 (Figura 1), quando em 2005 era de 3,5 (1,5 no fim dos anos oitenta). Estamos actualmente acima da média da OCDE neste indicador.

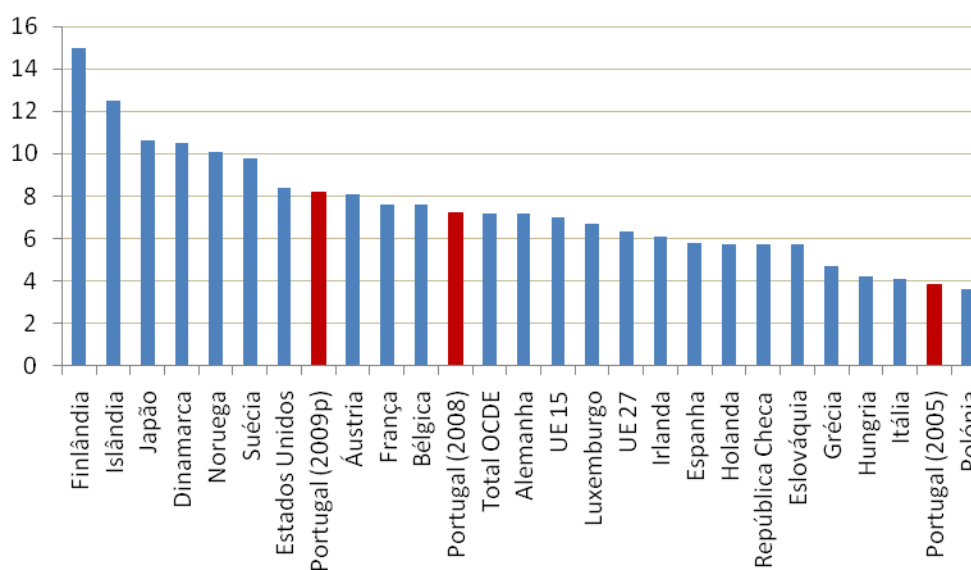


Figura 1. Total de investigadores por per milagem da população activa (Fonte: MCTES, 2011; Portugal 2009p - provisório)

O número de **publicações de portugueses em bases de dados internacionais** também aumentou significativamente (Figura 2). A esta evolução não é alheia a política de ciência que tivemos nos últimos anos e que se concretizou num aumento da despesa total em I&D, alcançando o valor de 1,71% do PIB em 2009 (quando em 2005 era de 0,81% e no fim dos anos oitenta de 0,40%).

Se esta alteração se faz notar em todas as ciências, ela é particularmente acentuada no caso das ciências sociais e das humanidades. De facto, e contrariamente às ciências naturais, exactas ou tecnológicas, em que houve sempre uma grande aposta do Estado português (incluindo o período anterior ao 25 de Abril de 1974), as ciências sociais e humanidades em Portugal apenas se começaram a desenvolver depois da implantação da Democracia. Somente a História (especialmente não contemporânea), a Economia, a Geografia e a Etnografia e a Antropologia Física eram estudadas nas Universidades, sendo silenciadas as disciplinas potencialmente mais críticas (como a Sociologia, a Antropologia social e cultural ou mesmo a Psicologia).

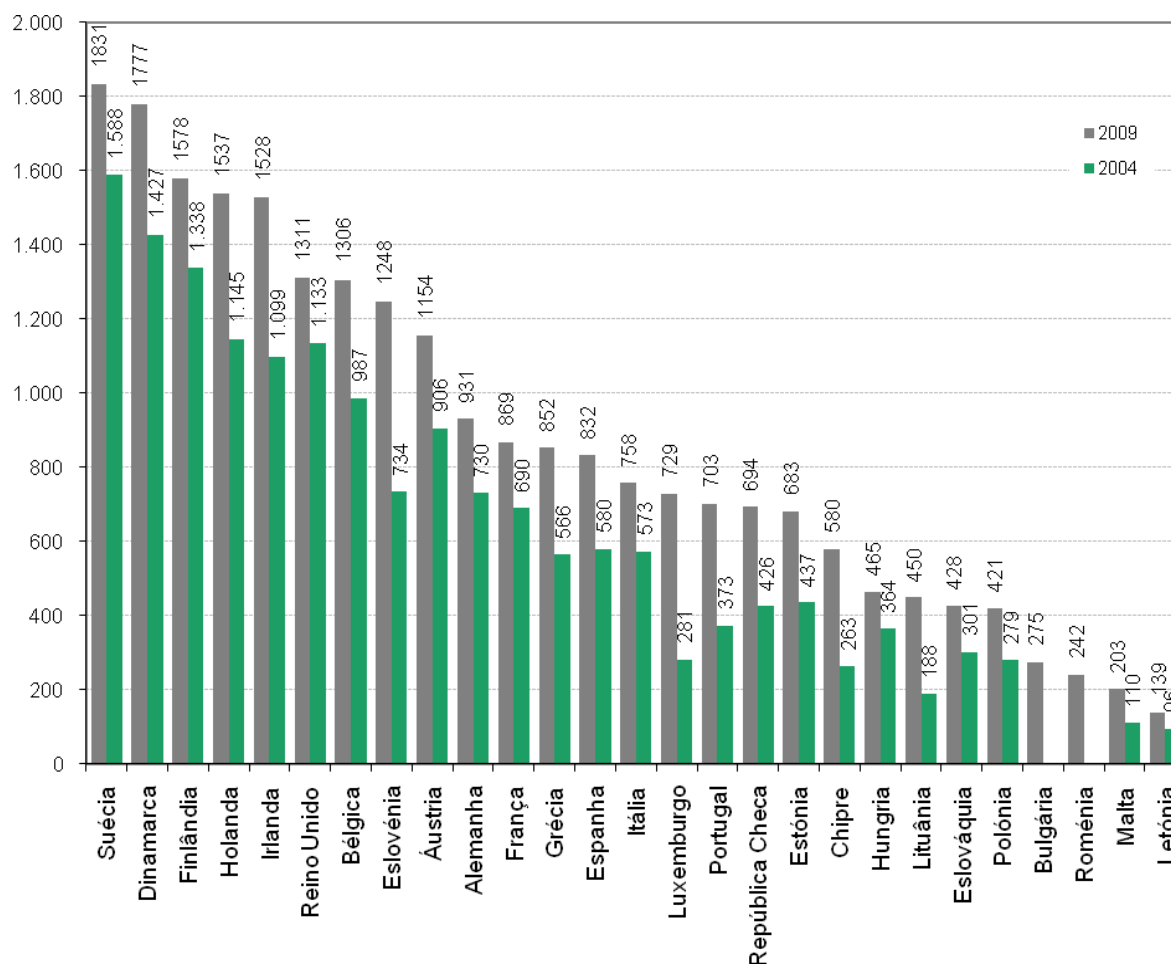


Figura 2. Número de publicações por país da União Europeia e milhão de habitantes, 2004 e 2009 (Fonte: GEPEAR/MCTES, 2011)

Não havia, por isso, nas ciências sociais e humanidades a tradição de pesquisa, as redes internacionais ou a cultura científica que já estavam sedimentadas nas restantes ciências. Por esta razão, assistimos nestas áreas disciplinares, nos últimos anos, ao crescimento mais importante em termos de produção científica (Figura 3). O papel da FCT na avaliação das unidades de investigação, na promoção das ligações internacionais e no incentivo à publicação foi fundamental para esta mudança, que importa consolidar nos próximos anos.

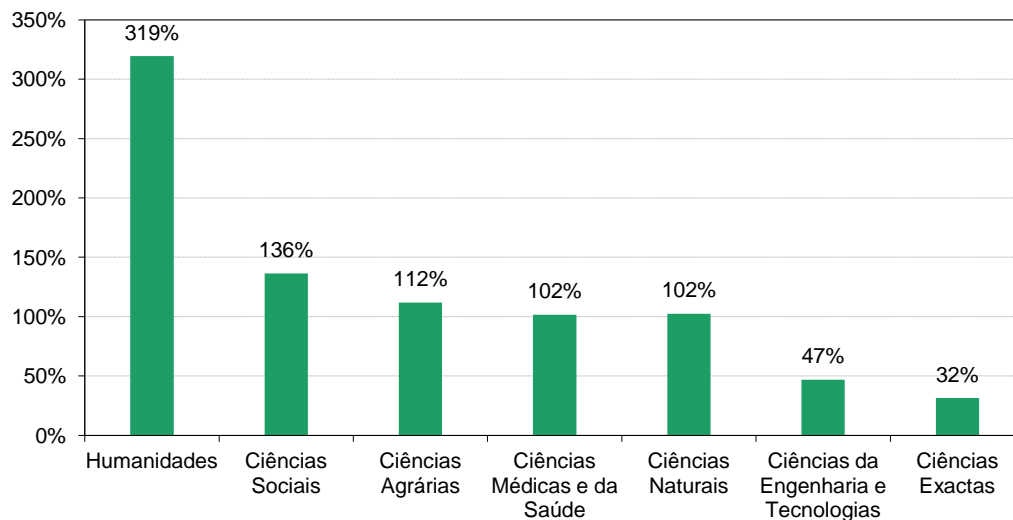


Figura 3. Taxa de crescimento do número de publicações por área científica entre 2004 e 2009 (Fonte: GEPEAR/MCTES, 2009)

CAPÍTULO 2. ANÁLISE E RECOMENDAÇÕES POR QUESTÕES-CHAVE

2.1. Internacionalização

Enquadramento

Como aconteceu com os restantes países periféricos, a progressiva globalização das últimas décadas teve inevitavelmente reflexos nas instituições de ensino superior e de investigação. Ela contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de políticas públicas com objectivos estratégicos claros: (i) remover as barreiras existentes à atracção de estudantes estrangeiros de mestrado e doutoramento, potenciais colaboradores das universidades e instituições científicas portuguesas após a obtenção dos graus; (ii) qualificar ao mais alto nível a população, criando programas de apoio (em particular) ao doutoramento; (iii) qualificar as instituições científicas portuguesas, através de programas que, mediante condições exigentes de avaliação externa realizada por painéis internacionais, asseguram algum financiamento público estável.

Ora uma das traves mestras destas políticas (e, simultaneamente, um dos seus objectivos) é a **internacionalização**.

São várias as dimensões a considerar numa política de internacionalização da ciência e da tecnologia.

Desde logo, a dimensão da **formação avançada**, em que ocupa um lugar de destaque a qualidade dos programas de pós-graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior, associadas a unidades de I&D, a qual deve ser capaz de atrair estudantes estrangeiros que, mais tarde, podem vir a ser contratados por unidades de I&D nacionais ou constituir uma importante rede de contactos para o desenvolvimento de investigação em colaboração e de parcerias internacionais. Iguamente relevante é o contributo para a mobilidade internacional de estudantes de doutoramento portugueses, assegurado pela concessão de bolsas no estrangeiro e bolsas mistas.

Não menos importante é a dimensão da **promoção do emprego científico** de jovens investigadores doutorados através de incentivos quer à sua contratação por unidades de I&D nacionais, quer à sua integração em redes e parcerias internacionais, quer ainda à sua contratação por empresas intensivas em conhecimento nacionais e estrangeiras.

Essencial é também a dimensão do **reforço e qualificação das instituições científicas nacionais**, através de uma política consistente de avaliação conforme aos padrões adoptados nas instituições de referência, de que resulte um aumento da percentagem de publicações de investigadores nacionais em revistas constantes de bases bibliométricas internacionais, bem como um maior impacte da investigação desenvolvida em Portugal - medido, por exemplo, a partir do número de citações de cada estudo divulgado.

Finalmente, é fundamental a dimensão do **financiamento público**, através da manutenção tanto do financiamento plurianual mediante avaliação externa como de linhas de financiamento competitivo nacional (*e.g.*, projectos) e europeu.

A posição do CCCSH

Fruto das políticas consistentes prosseguidas neste domínio, nos últimos cinco anos Portugal ultrapassou o seu atraso tradicional. Num domínio como o das Ciências Sociais e das Humanidades (CSH), em que, como já foi referido, existem tantas assimetrias na implantação, desenvolvimento e internacionalização das diferentes áreas disciplinares e mesmo no interior de uma mesma área disciplinar, é imperioso **prosseguir uma política consistente nas quatro dimensões da internacionalização acima mencionadas**: formação avançada, promoção do emprego científico, reforço e qualificação das instituições científicas nacionais, financiamento público nacional e europeu.

Em particular, importa reconhecer os principais **obstáculos e dificuldades** que o sistema nacional de ciência e de tecnologia enfrenta na área das CSH, de forma a encontrar as melhores formas para os remover. De entre tais obstáculos e dificuldades, salientem-se os seguintes: insuficiente dimensão de várias unidades; indicadores bibliométricos pouco ajustados à especificidade de várias disciplinas das CSH; demasiada regionalização das parcerias de investigação em certas unidades; poucas parcerias e redes com instituições científicas de referência em algumas disciplinas e/ou unidades; desvalorização do papel que instituições científicas nacionais têm desempenhado nos países da comunidade lusófona, em particular no que respeita à formação avançada e à integração de jovens investigadores desses países em redes internacionais.

Recomendações à Fundação para a Ciência e a Tecnologia

- Informar atempadamente as unidades I&D dos temas e dos problemas que as instituições de financiamento europeias consideram de importância estratégica, pelo que serão objecto das candidaturas a projectos num horizonte de 2-3 anos, o que permitirá às instituições nacionais prepararem-se com tempo para a elaboração de tais candidaturas;
- Facilitar o acesso a infra-estruturas europeias e internacionais de informação (bases de dados, reportórios bibliográficos, etc.);
- Dinamizar, com as congéneres espanhola e da América Latina, uma base de dados bibliométrica de que façam parte revistas científicas que cumpram as normas da *European Science Foundation* (e.g., quanto à componente internacional do “editorial board”), embora aceitem o espanhol e o português, a par do inglês, como línguas de publicação;
- Incluir nos indicadores de internacionalização: (i) autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores nacionais e estrangeiros; (ii) impacte das publicações;
- Valorizar, no processo de avaliação, as unidades I&D que participem em redes de conhecimento que assegurem a ligação entre centros de produção científica e periferias consumidoras de ciência;
- Promover a cooperação científica com os PALOP, os países da bacia mediterrânica e os países emergentes com os quais Portugal mantém laços históricos e culturais, nomeadamente através de um melhor funcionamento do Ciência Global e de uma melhor articulação das políticas científicas e tecnológicas dos estados membros da CPLP;

- Estimular a cooperação científica com países de grande protagonismo nas instituições académicas internacionais com os quais Portugal tem relações privilegiadas (Índia, China);
- Dinamizar a participação nacional na elaboração das políticas europeias de ciência, através de processos de informação e audição da comunidade científica e de um melhor aproveitamento do papel dos delegados nacionais em programas europeus.

Recomendações às unidades I&D

- Apostar estrategicamente na internacionalização através de um processo ascendente (*bottom-up*), em que se comece pela investigação conjunta de investigadores da Unidade de Investigação com colegas de unidades de I&D/universidades estrangeiras;
- Desenvolver lideranças com pensamento estratégico, capazes de promover interações cada vez mais fortes com outras unidades I&D europeias e internacionais;
- Desenvolver uma cultura de captação de financiamento competitivo por agências públicas europeias e internacionais, graças a serviços de gestão da ciência verdadeiramente profissionais, disponíveis nas instituições de acolhimento;
- Atrair estudantes de doutoramento e jovens investigadores doutorados através da qualidade dos programas doutorais e dos projectos de investigação em curso, graças a uma política efectiva de divulgação da unidade I&D no seu site institucional.

2.2. Pluralismo

Enquadramento

A questão do pluralismo nas ciências sociais e humanidades pode-se pôr, pelo menos, em relação a dois domínios: o pluralismo dos temas de investigação e o pluralismo de paradigmas e de metodologias de análise.

No que se refere ao **pluralismo de temas**, não parece haver, de forma directa, um problema sério quanto à actividade de investigação realizada no nosso País. No entanto, de forma indirecta, o pluralismo pode ser, e tem sido, afectado. Assim, a existência de temas que por um fenómeno de “moda” fixam demasiado as atenções e o trabalho dos investigadores em prejuízo de temas igualmente importantes ou a menor apetência para, em certas áreas científicas, os investigadores abordarem temas da realidade portuguesa de mais difícil publicação, são exemplos de condicionantes ao pluralismo que podem surgir de forma indirecta.

No que se refere ao **pluralismo de paradigmas e de metodologias**, a situação é distinta. Toda a ciência tem a sua visão *mainstream* e as ciências sociais e humanidades não são excepção. No entanto, por vezes, o poder da visão *mainstream* torna-se de tal forma dominante que pode levar a uma redução significativa do pluralismo, ao estíolar das ideias inovadoras e ao bloqueio da emergência de novos paradigmas, emergência que é essencial para o progresso científico.

O caso mais visível desta redução do pluralismo será talvez o da Economia. Situação que é agravada pelo facto desta ser uma ciência social que tem, necessariamente, uma componente política muito forte, pelo que as opções políticas interferem com os critérios científicos e não são de menor

importância na competição entre paradigmas. Esta característica impõe uma atenção redobrada a este caso, uma vez que a ausência de pluralismo na ciência económica não resulta directamente, longe disso, da maior capacidade explicativa da visão *mainstream*. No caso da Economia tem-se mesmo popularizado um termo, “o pensamento único”, para traduzir o afunilamento e ausência de pluralismo que tem afectado nas últimas três décadas a investigação nesta área científica, com consequências negativas evidentes sobre o respectivo progresso.

Esta situação verifica-se também no nosso país, onde têm sido frequentes as chamadas de atenção de investigadores da área científica da Economia para o que consideram ser uma discriminação contra trabalho de investigação que não siga o paradigma *mainstream*. Ainda recentemente cerca de noventa investigadores dirigiram uma carta ao Presidente da FCT apelando para um maior pluralismo na avaliação de projectos de investigação (Anexo 4). Também tem sido chamada a atenção, por outros investigadores, para o facto de os painéis que, sucessivamente, se têm encarregado da avaliação das unidades I&D terem demonstrado alguma desconfiança em relação à investigação que não se enquadra na visão *mainstream*. A situação na área científica da Economia no que respeita ao pluralismo será porventura a mais grave. Mas este problema pode também afectar outras áreas das ciências sociais e das humanidades.

A posição do CCCSH

O CCCSH considera que é importante **garantir o pluralismo na investigação científica**, nas suas diferentes facetas, em especial no que respeita a paradigmas e metodologias. Tratando-se de investigação financiada por dinheiros públicos, tal exigência torna-se particularmente imperiosa. A responsabilidade de garantir o pluralismo compete sobretudo à FCT e não tanto às unidades I&D, que poderão naturalmente desenvolver a sua actividade segundo os paradigmas que livremente entendam dever adoptar.

Recomendações

Recomendações à Fundação para a Ciência e a Tecnologia

- Organizar e disponibilizar, para os projectos e bolsas aprovados, informação sobre os assuntos que são objecto da investigação, classificando-os de forma adequada à realização da monitorização que permita identificar e ocorrência de condicionantes ao pluralismo temático;
- Assegurar uma composição dos painéis de avaliação de bolsas, projectos e unidades I&D elementos que dê a garantia de respeitar o pluralismo de paradigmas e de metodologias, sem abdicar dos melhores critérios de avaliação do mérito científico da investigação e sem pretender a ressurreição de paradigmas científicos já ultrapassados.

Recomendações às Unidades I&D

- Combater a persistência de paradigmas ultrapassados, que muitas vezes só continuam a ser prosseguidos devido à não existência de incentivos à mudança por parte das unidades I&D.

2.3. Pluridisciplinaridade

Enquadramento

Um dos estudos mais relevantes sobre multidisciplinaridade (Mario Bunge, 2003) foi inspirado por Luca Cavalli-Sforza que, em 1997, numa análise da deslocação de grupos dotados de conhecimentos agrícolas do Crescente Fértil para a Europa Ocidental, articulou genética e arqueologia, antropologia e linguística para a compreensão sistemática e globalizante do fenómeno, o qual nenhuma das disciplinas em apreço produziria isoladamente (fosse por excesso de “biologismo” ou de “culturalismo”). O autor defende que a **multidisciplinaridade é particularmente adequada ao domínio das ciências sociais** por elas estudarem organismos integrados em redes sociais que implicam dimensões económicas e políticas, as quais interagem com a natureza.

Evidentemente que a pluridisciplinaridade deve ser concebida com particular exigência e rigor epistemológico e metodológico. Deve cruzar a especificidade e as fronteiras disciplinares na análise de temáticas comuns, preservadas as terminologias e as metodologias disciplinares específicas. Deve, além disso, atravessar as constelações tradicionais de saberes de uma mesma família científica e académica para integrar abordagens que, em geral, estão dissociadas. Os benefícios de as ciências sociais e as humanidades integrarem as ciências da vida ou as tecnologias são manifestamente recíprocos, como põe em evidência a investigação recente no domínio das ciências cognitivas, por exemplo, ou o projecto do MIT ‘Green Islands’, a desenvolver nos Açores, e que integra na investigação antropólogos em parceria científica com engenheiros e outros especialistas

A consulta até agora feita aos centros I&D com financiamento da FCT põe em evidência quatro **problemas** principais em relação a esta questão:

- A inexistência de articulação pluridisciplinar em algumas unidades;
- A adopção inadequada do conceito de pluridisciplinaridade para abordagens que, por vezes, se situam no interior de uma mesma disciplina;
- A categorização de unidades como multi- ou pluridisciplinares em casos de mera articulação de duas ou mais metodologias de análise situadas no mesmo espectro do saber;
- A escassez de unidades que utilizam de forma mais sistemática e articulada práticas pluridisciplinares.

A posição do CCCSH

Num quadro assim definido, a **pluridisciplinaridade constitui um factor essencial de maximização de recursos**, beneficiando de uma tradição europeia de cosmopolitismo académico e científico e da inserção em redes globais. Essa pluridisciplinaridade ganha em atribuir às ciências sociais e às humanidades um lugar privilegiado (à semelhança de sistemas de investigação e de inovação de vanguarda), capaz, além disso, de dar inteligibilidade a problemas centrais que se colocam à Europa contemporânea, nomeadamente a diversidade cultural, religiosa e linguística, em resultado de processos migratórios e de diáspora, e cuja existência no contexto europeu conduz à necessária definição de novas políticas de cidadania, de direitos humanos, de língua, de uma nova ecúmena.

Portugal pode oferecer um contributo relevante no âmbito destas orientações estratégicas, pela sua ligação privilegiada com países ditos emergentes, como o Brasil e a Índia, por um lado e, por outro, pela sua coexistência prolongada com práticas culturais e religiosas não-europeias. Pode, além disso, oferecer importantes estudos de caso para alguns dos principais impasses sociais e económicos que se colocam actualmente à Europa e, decorrentemente, para o estabelecimento de adequadas metodologias de investigação.

Assim, merece grande atenção o protagonismo que Portugal deve deter nestes debates, estruturando, através de concursos/projectos pluridisciplinares, a sua participação em redes europeias e globais.

Recomendações à Fundação para a Ciência e a Tecnologia

- Desenvolver uma política científica de natureza pluridisciplinar, enfatizando as especificidades da sociedade portuguesa e projectando-as no quadro de alguns dos impasses sociais, económicos e políticos que se colocam contemporaneamente à Europa (da ecologia e do ambiente ao envelhecimento e desertificação rural);
- Estimular a criação de redes ou unidades pluridisciplinares de excelência em domínios científicos inovadores;
- Abrir concursos para temas considerados candentes da sociedade portuguesa que impliquem uma abordagem pluridisciplinar;
- Apoiar estes procedimentos através da criação de uma base de dados *on line*, com a identificação de todas as unidades I&D e respectivas investigações.
- ***Recomendações às Unidades I&D***
- Promover sinergias com unidades de investigação de outras áreas disciplinares em temas de interesse mútuo;
- Clarificar nos relatórios as actividades inter-disciplinares em que estiveram envolvidos.

2.4. Avaliação

Enquadramento

A promoção da excelência na investigação depende largamente dos procedimentos utilizados na avaliação dos projectos de investigação científicos, das instituições que produzem ciência, dos próprios cientistas e das suas actividades.

Esta tarefa é particularmente complexa: em primeiro lugar, porque, por definição, cada projecto de investigação é único; depois porque existe uma grande variedade de culturas científicas entre disciplinas (e mesmo dentro de cada disciplina) e experiências nacionais muito diversas; finalmente, porque as práticas de boa governança exigem que estes procedimentos sejam simultaneamente transparentes e guiados pelo princípio da prestação de contas, de modo a garantir decisões justas e creíveis, e que façam bom uso dos dinheiros públicos. Os sistemas de avaliação da excelência na investigação devem ainda garantir a confiança dos diversos actores sociais envolvidos.

O aumento das trocas entre universidades, a existência de redes de pesquisa cada vez mais globais e a expansão do inglês como língua científica por excelência ajudaram a consagrar internacionalmente algumas boas práticas. É consensual em ciência que o rigor na avaliação da excelência tem de ser feito com recurso a especialistas em sistemas ou painéis de **avaliação por pares**. Apesar das suas múltiplas limitações, esta é a melhor estratégia que conhecemos para identificar a excelência na investigação científica.

Nos últimos anos, houve um conjunto de documentos europeus que procuram sistematizar os **princípios a ter em conta nos processos de avaliação por pares**⁴, que incluem a excelência, a imparcialidade, a transparência, a adequação aos objectivos definidos, a eficiência, a confidencialidade e a conformidade ética. Em Março de 2011, a European Science Foundation produziu um documento, elaborado com diversas organizações internacionais⁵, onde se identificam as boas práticas neste processo.

O tema da avaliação da investigação é, por isso, extremamente importante e o seu debate é muito actual.

A posição do CCCSH

A FCT defendeu desde o seu início sistemas de avaliação da excelência da investigação baseados na avaliação por pares, que respeitam os princípios acima identificados. Portugal foi mesmo dos primeiros países europeus a recorrer sistematicamente a painéis de júris internacionais na avaliação de projectos e de unidades de investigação. Neste momento, o sistema de avaliação da ciência em Portugal funciona de forma confiável, suportado por plataformas informáticas robustas que permitem a conciliação de painéis presenciais com a existência de especialistas num sistema remoto. A estabilização das práticas que, nos últimos anos, têm avaliado a excelência de projectos, jovens cientistas e unidades I&D revelou-se fundamental para construir a confiança dos investigadores portugueses na FCT.

No caso das ciências sociais e das humanidades, este sistema tem sido importante para a própria aprendizagem da comunidade científica. De facto, a transversalidade dos critérios de avaliação da excelência na investigação obrigou as diversas disciplinas a colocarem a sua produção no panorama internacional e a compararem-se em dimensões internacionalmente relevantes. Foi por isso um incentivo à internacionalização, ao aumento da produção científica e à criação de redes e parcerias de investigação, e o bom resultado é visível no aumento da produtividade das ciências sociais e das humanidades portuguesas.

A questão da avaliação é fundamental na **relação entre a FCT e a comunidade científica portuguesa**. Como os resultados das avaliações têm consequências importantes no financiamento das unidades e dos cientistas, a comunidade científica segue atentamente os procedimentos e as práticas da FCT

⁴ European Science Foundation (2006), *Peer Review. Its present and future state*, Conference Report, Prague, 12-13 October 2006, Strasbourg.

European Research Area Committee, High Level Group for Joint Programming: *Voluntary guidelines on framework conditions for joint programming in research 2010*.

⁵ ESF (2011), *Member Organisation Forum on European Peer Review Guide: Integrating Policies and Practices into Coherent Procedures*.

nesta matéria, e os critérios que a FCT valoriza servem de guião estratégico na procura da excelência. Por isso, existe muito pensamento desenvolvido sobre os processos de avaliação que a FCT organiza, pelo que as reuniões que tivemos com as unidades I&D foram particularmente ricas em sugestões específicas de melhoria dos mesmos. Há preocupações relevantes e recorrentes que se prendem com a definição atempada dos critérios de avaliação, com a constituição dos painéis e com a consistência dos critérios de apreciação. No Quadro 2 encontram-se compilados os principais problemas inventariados e algumas das sugestões apresentadas.

O sistema de avaliação que temos premeia a excelência, sem definir áreas prioritárias, o que põe em igualdade de circunstâncias projectos aplicados e de investigação fundamental. No entanto, é cego à definição de áreas estratégicas de investigação e não incentiva a solidificação de equipas, com consequências na pulverização de esforços de investigação numa grande diversidade de temáticas sem o aprofundamento correspondente. Isso é particularmente problemático quando grande parte do financiamento comunitário é atribuído não a áreas disciplinares mas sim a temas. Assim, para a competitividade da investigação produzida em Portugal, parece fundamental que, **para além dos concursos gerais, haja a definição de áreas estratégicas de desenvolvimento científico**, alinhadas com prioridades definidas ao nível europeu ou nacional.

Quadro 2. Avaliação: Principais problemas identificados e sugestões para os ultrapassar

Problema identificado	Sugestões
Questões relativas à constituição dos painéis	
Insuficiente isenção dos painéis de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Clarificação do processo de selecção dos membros dos painéis; - A composição dos painéis de avaliação não deve ser da responsabilidade exclusiva dos respectivos coordenadores, cabendo à FCT garantir o seu equilíbrio e isenção; - Os peritos só devem poder pertencer a um dos painéis (bolsas, painéis ou projectos) - Obrigatoriedade da apresentação de declaração de conflito de interesses por parte dos membros dos painéis de avaliação, uma vez que pode haver colaborações científicas anteriores ou outras incompatibilidades.
Insuficiente diversidade teórica, metodológica e institucional dos painéis de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação teórica e metodológica dos painéis, não devendo estes representar exclusivamente a visão <i>mainstream</i> da disciplina - Diversificação institucional dos painéis - Diversificação de género e idade dos painéis - Nomeação de parte dos membros a partir de uma bolsa de avaliadores permanentes (cf. ESF, Pool of Reviewers) - Subdivisão dos actuais painéis em casos de excessiva diversidade temática (Ex: Estudos artísticos) - Composição dos painéis decidida em função do histórico das candidaturas, com mais membros especialistas nas áreas mais activas (estatística das áreas temáticas das candidaturas) - Diversificação de especialidades dentro dos painéis de maior dimensão e possibilidade de os candidatos/unidades indicarem a subárea em que querem ser avaliados
Insuficiente rotatividade dos membros dos painéis de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Rotatividade maior dos membros dos painéis e definição de um tempo limite para a sua participação - Inclusão de pessoas mais jovens
Insuficiente conhecimento da realidade portuguesa por parte dos painéis de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de avaliadores portugueses ou com conhecimento sobre Portugal em todos os painéis - Inclusão de avaliadores que dominem o português, especialmente

	<p>em áreas cuja produção tem uma grande produção em ou sobre o português</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento, pelos membros dos painéis de avaliação de unidades, das recomendações feitas pelos membros envolvidos na anterior avaliação
Insuficiente qualificação dos membros dos painéis de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização dos CV de todos os membros dos painéis no site da FCT - Garantia, pela FCT, de que todos os membros dos painéis têm um curriculum excelente e provêm de instituições de referência na investigação
Questões relativas aos critérios de avaliação	
Inconsistência na aplicação dos critérios por diferentes painéis de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Clarificação de alguns critérios, como os das publicações (valorizar publicações nacionais de qualidade, valorizar publicações internacionais que não são em língua inglesa; valorizar a publicação em livros) que respeitem a especificidade da produção em ciências sociais e Humanas - Valorização, na avaliação das unidades, da aposta na formação de jovens investigadores - Valorização, na avaliação das unidades, da colaboração inter-institucional - Valorização, na avaliação de projectos e unidades, da disseminação de resultados das pesquisas - Valorização, na avaliação de projectos, do contributo do projecto para as linhas estratégicas de desenvolvimento da unidade de acolhimento
Penalização dos centros e projectos interdisciplinares pelos painéis de avaliação disciplinares	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento da possibilidade de os projectos interdisciplinares se poderem inscrever e ser avaliados em dois painéis - Criação de painéis interdisciplinares
Inexistência de prioridades temáticas	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação dos concursos abertos com a definição de prioridades estratégicas - Definição de áreas temáticas (interdisciplinares) prioritárias - Estímulo a áreas emergentes através de concursos especializados
Ocorrência de injustiças na avaliação dos candidatos a bolsas	<ul style="list-style-type: none"> - Padronização das notas de licenciatura e mestrado dos candidatos a bolsas, dada a existência de "culturas" diferentes nas diversas universidades - Diferenciação das licenciaturas pré- e pós-Bolonha na grelha de avaliação dos candidatos a bolsa - integrar como critério de avaliação e respectiva ponderação o diploma de estudos pós-graduados, correspondente à conclusão do 1º ano dos cursos de doutoramento - Integrar como critério de avaliação, explicitando a respectiva ponderação, o diploma de estudos pós-graduados correspondente à conclusão do 1º ano dos cursos de doutoramento
Questões relativas a aspectos processuais	
Insuficiente transparência e comunicação nos processos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Anúncio atempado dos critérios e guião de avaliação - Consistência entre os critérios/guião de avaliação e as práticas avaliativas do painel - Divulgação pública do resultado das bolsas e dos projectos por instituição e por área temática - Maior fluidez na comunicação entre os Centros e a FCT relativa a recursos ou a esclarecimentos sobre os resultados das avaliações
Desadequação dos <i>timings</i> envolvidos nos processos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da antecedência na divulgação dos critérios de avaliação das unidades - Prolongamento do tempo de contacto das unidades com os

	avaliadores - Encurtamento do tempo de divulgação dos resultados das avaliações - Encurtamento do tempo de resposta aos pedidos para laboratório associado
Instabilidade dos processos de avaliação	- Definição de um calendário de concursos, incluindo os tempos para a divulgação dos resultados, recursos e resposta a recursos
Insuficiente utilidade dos comentários das avaliações numa óptica de melhoria	- Divulgação das pontuações obtidas em cada um dos parâmetros da avaliação - Fundamentação sólida e reforço da componente pedagógica dos comentários feitos pelos avaliadores, de modo a estimularem processos de aprendizagem

Fonte: Reuniões de auscultação das unidades I&D, cf. Quadro 1

Por outro lado, a abertura de concursos temáticos levanta outros problemas, porque tem implícita a articulação entre áreas científicas. **O actual sistema não está preparado para a avaliação interdisciplinar** mas apenas para projectos disciplinares. Esta dificuldade coloca-se também a nível internacional e é muito importante pensar em instrumentos especializados para a avaliação da excelência em projectos interdisciplinares.

Finalmente, nas ciências sociais e humanidades a questão da língua é fundamental. Apesar do esforço de internacionalização que tem sido feito pelos investigadores através da publicação em revistas cotadas internacionalmente, **o próprio objecto das ciências sociais exige que a produção científica tenha impacto na realidade que estuda**, e isso faz-se também com a produção científica em língua portuguesa. No entanto, a forma como está actualmente organizado o sistema leva a que os investigadores portugueses prefiram as publicações em revistas internacionais para que a sua produção científica tenha valor bibliométrico. Esta tendência, que é global, não pode ser contrariada, mas exige uma atenção especial à promoção da qualidade das revistas portuguesas e ao apoio à sua internacionalização através da sua integração em bases de dados reconhecidas na comunidade científica, bem como a criação de prémios que distingam o mérito de investigadores ou de publicações nacionais.

Recomendações

Recomendações à Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Melhorar os aspectos processuais dos concursos

- Clarificar em tempo útil os diversos procedimentos da avaliação de projectos, unidades I&D e Bolsas, nomeadamente adoptando como referência a tipologia dos sistemas recentemente produzida pela ESF;
- Divulgar atempadamente os critérios de avaliação e mantê-los estáveis no tempo, de modo a permitir a aprendizagem e a melhoria do desempenho;
- Criar manuais e códigos de conduta (assegurando, entre outros procedimentos, que não se verifiquem situações em que possa haver conflito de interesses) para os membros dos

painéis de avaliação e formar os seus coordenadores, diminuindo assim a variabilidade de critérios e de interpretações;

- Aumentar a eficiência na condução dos processos de avaliação de modo a que os prazos envolvidos (incluindo o da resposta aos recursos e a avaliação da execução dos projectos) sejam conhecidos com antecedência.

Melhorar as infra-estruturas de apoio à avaliação

- Criar e actualizar uma base de dados de especialistas nacionais e estrangeiros nas diversas áreas científicas de modo a facilitar a identificação de potenciais avaliadores (presenciais ou remotos); esta base de dados poderia também servir para identificar parceiros, nomeadamente para pesquisas interdisciplinares e em parcerias com a sociedade;
- Apoiar a criação de indicadores bibliométricos das revistas portuguesas, de modo a que possam servir de referência na avaliação de CV de investigadores portugueses, quer em concursos noutros países, quer para os avaliadores estrangeiros de projectos portugueses. Este indicador seria ainda útil nos sistemas de avaliação de desempenho dos docentes universitários;
- Criar um arquivo português de investigação, onde seja obrigatória a disponibilização da informação produzida com base em projectos financiados com dinheiros públicos e que permita encontrar parcerias para redes temáticas ou projectos interdisciplinares.

Recomendações às Unidades I&D

- Promover a formação dos investigadores no domínio dos processos de avaliação, de modo a garantir a difusão das dimensões de avaliação da excelência;
- Criar prémios de forma a distinguir a excelência da produção científica, nomeadamente da que é feita em língua portuguesa;
- Criação de sinergias de investigação entre unidades I&D de disciplinas diferentes em áreas temáticas de interesse comum e entre unidades I&D da mesma área disciplinar para colaborarem na melhoria dos processos de avaliação.

2.5. Disseminação

Enquadramento

A excelência constitui o critério fundamental de avaliação da produção científica em qualquer domínio disciplinar. Mas ao factor excelência deve ainda adicionar-se o **impacte** do conhecimento produzido. Compreende-se, portanto, que mesmo no domínio das ciências sociais e das humanidades, tradicionalmente mais autocentradas, se tenha verificado nas últimas décadas uma crescente preocupação com a componente de **disseminação de conhecimento (divulgação científica e transferência de conhecimento para agentes externos à academia)**, tanto por parte das Universidades e unidades I&D como das entidades nacionais e comunitárias com responsabilidades na definição de políticas de financiamento da investigação científica.

Os mecanismos, suportes e públicos-alvo da disseminação do conhecimento científico têm, entretanto, mudado. Verifica-se a evolução, com intensidade variável nas distintas áreas disciplinares das ciências sociais e das humanidades, da quase exclusividade de formas passivas de divulgação orientadas para os membros das respectivas comunidades científicas e o grande público para soluções mais diversificadas e complexas.

Em primeiro lugar, a tradicional disseminação passiva de conhecimento científico, sob a forma de publicação de livros, realização de colóquios e workshops ou organização de exposições, vai sendo complementada por **modalidades de disseminação não só mais interactivas e diversificadas mas também mais diferenciadas por públicos-alvo**. Factores diversos, como a generalização das novas tecnologias de informação e conhecimento, a crescente preocupação de levar o conhecimento científico aos seus diversos utilizadores e beneficiários – desde os cidadãos em geral às empresas, instituições da administração pública central e local ou entidades tão diversas como escolas, museus e organizações não governamentais, e a maior consciencialização do valor das ciências sociais e das humanidades por parte dessas entidades, têm vindo a justificar novas soluções de disseminação, partilha e transferência de conhecimento.

Em segundo lugar, as actividades de disseminação científica deixam de ser exclusivamente encaradas numa óptica de ‘fim de linha’, isto é, como uma fase final de divulgação dos resultados alcançados. As actividades de disseminação científica podem também ser entendidas como uma componente de **processos de produção de conhecimento que envolvam utilizadores e beneficiários**, ou seus representantes, sob formas tão distintas como a participação em workshops de debate ou plataformas colaborativas, a constituição de parcerias e redes de cooperação entre entidades

académicas e não académicas ou o recurso, durante os projectos de investigação, a métodos de “*knowledge brokerage*” envolvendo públicos não académicos.

Finalmente, a disseminação científica está hoje mais **internacionalizada**, não só no que se refere à publicação de artigos e livros em editoras estrangeiras ou à sua disponibilização *online*, mas também como consequência da intensificação dos mecanismos de mobilidade de estudantes e investigadores e da multiplicação de redes de cooperação transnacional entre unidades I&D e outras entidades, públicas, privadas ou da sociedade civil.

A posição do CCCSH

A evolução descrita, com um impacte desigual no seio das várias ciências sociais e humanidades mas com tendência para se reforçar, não deve, contudo, implicar a desvalorização das formas mais tradicionais de divulgação científica, a instrumentalização da produção científica a favor de ópticas estritamente utilitárias ou a secundarização das relações das unidades I&D com a sociedade e a economia portuguesas.

Por outro lado, a evolução a favor de formas de disseminação científica mais intensas, diversificadas e interactivas deve ser enquadrada em finalidades mais globais, de impacte social e económico, por um lado, e de inovação social, pelo outro, num contexto social, económico e institucional crescentemente complexo e diversificado.

Em termos de **impacte social e económico**, as actividades de disseminação científica visam alargar os efeitos da produção científica em ciências sociais e humanidades a públicos (indivíduos e organizações) mais numerosos e diversificados, reconhecendo que estes têm necessidades e prioridades diferenciadas.

No que se refere à **inovação social**, as actividades de disseminação científica procuram ir mais além, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos, competências e formas de organização que capacitem os cidadãos e as organizações a dar resposta às grandes questões com que actualmente se defrontam. Neste caso, não se trata apenas de disseminar e partilhar mais informação e conhecimento. A finalidade última é capacitar indivíduos e organizações para as mudanças necessárias no actual contexto de crescente incerteza e complexidade em que vivemos.

A evolução para formas de disseminação do conhecimento mais diversificadas e interactivas tem benefícios evidentes, mas comporta igualmente vários **riscos**. As ciências sociais e humanidades devem, por isso, adoptar princípios deontológicos, éticos e de avaliação que acautelem a efectiva aplicação de critérios de cientificidade em três frentes particularmente vulneráveis: as actividades de consultoria, de cronista em órgãos de comunicação social (textos de opinião) e de activismo cívico. A crescente abertura das ciências sociais e humanidades às empresas, às organizações da sociedade civil e à comunidade deve ser enquadrada por princípios claros e firmes que garantam a qualidade e a autonomia da produção científica. Apenas assim será possível conciliar dois atributos essenciais do conhecimento produzido pelas ciências sociais e humanidades: excelência e impacte.

Tanto as unidades I&D como a FCT devem contribuir proactivamente para uma maior disseminação dos resultados de investigação. É, no entanto, importante referir que a componente de disseminação científica deve estar presente em todas as Unidades I&D mas não necessariamente em todos os projectos de investigação; no caso destes últimos, a ausência de preocupações explícitas de

disseminação pode justificar-se quando estiver em causa investigação de natureza fundamental, sem aplicação ou utilidade identificável na fase pré-projecto.

Recomendações

Recomendações à Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Avaliação das Unidades de Investigação

- Informar em tempo útil as UI acerca dos critérios de avaliação e respectiva ponderação nos processos de avaliação das Unidades, das componentes de divulgação científica e de envolvimento de entidades não académicas nos processos de investigação;
- Clarificar no Guião para Avaliadores a importância atribuída às componentes referidas no ponto anterior no contexto dos processos avaliativos, de forma a evitar a utilização de critérios contraditórios entre si (por exemplo, internacionalização vs divulgação científica ao nível nacional) ou sujeitas a interpretações variáveis por parte de diferentes painéis de avaliação.

Avaliação dos Projectos de Investigação

- Considerar como critério de avaliação explícito, mas supletivo, as componentes de disseminação de resultados junto de públicos pertinentes e de inclusão activa de entidades não académicas nos processos de investigação,
- Assegurar que não existe conflito de interesses relativos aos avaliadores.

Infra-estruturas de informação

- Exigir às Unidades I&D a divulgação sistemática, em plataformas informáticas, de dados relativos aos projectos financiados pela FCT (incluindo resultados), tendo por base uma estrutura previamente produzida por esta entidade de forma a harmonizar o tipo de informação disponibilizada, facilitando a fusão de dados provenientes de distintas plataformas num site centralizado da FCT;
- Ponderar a criação de um arquivo português sobre investigação em ciências sociais e humanidades (instituições, projectos, publicações, etc.), eventualmente a partir do actual Projecto APIS e beneficiando da gestão em rede das plataformas referidas no ponto anterior, dando visibilidade e fácil acesso a informação relevante para o aproveitamento do trabalho realizado e para o estabelecimento de contactos entre entidades com interesses e necessidades comuns; esta informação deverá estar alojada num servidor da Web gerido pela FCT.

Dinamização e mediação

- Desempenhar um papel activo de dinamização e mediação em áreas de interface da investigação com outros domínios (formação, ensino, economia, cultura, etc.) em matérias de âmbito nacional e internacional (por exemplo, protocolos de cooperação para disponibilização de dados públicos ou produzidos com financiamento público, linhas

específicas de estágios, utilização do tempo atribuído a publicidade institucional na RTP2, etc.);

- Dinamizar uma rede de divulgação científica envolvendo meios de comunicação social com especialistas em jornalismo científico, museus, pólos Ciência Viva e centros de recursos educativos, orientada para Portugal mas também para o mundo da lusofonia.

Prémio

- Ponderar a criação de um Prémio para boas práticas, no âmbito das ciências sociais e humanidades, de divulgação científica e transferência de conhecimento.

Estudo

- Colocar a concurso a realização de um estudo sobre o significado, metodologias de avaliação e indicadores de impacte social e económico da investigação em ciências sociais e humanidades.

Recomendações às Unidades I&D

Programação estratégica

- Integrar de forma explícita e sistemática as diversas componentes de disseminação, partilha e transferência de conhecimento nos seus Planos Estratégicos e Planos de Actividades, no âmbito de uma estratégia coerente em termos de públicos-alvo (pares, entidades externas ao mundo académico, decisores políticos, público em geral), iniciativas desenvolvidas e suportes utilizados.

Avaliação

- Clarificar internamente a ponderação atribuída às várias componentes de disseminação no contexto dos processos de avaliação dos investigadores;
- Considerar nas avaliações de investigadores e de unidades I&D e-books e outra produção científica disponibilizada *on line*.

Boas práticas

- Articular proactivamente os resultados de investigação com os conteúdos programáticos do ensino, tanto de forma directa (ensino superior) como indirecta (formação de professores do ensino secundário);
- Desenvolver boas práticas de divulgação científica, promoção da cultura científica e diálogo com entidades não académicas, recorrendo a suportes diversificados e adequados aos públicos-alvo: documentos escritos (incluindo manuais e compêndios); websites, informação em regime de livre acesso e bibliotecas digitais; exposições, documentários e festivais literários; seminários de apresentação e debate de resultados com públicos não académicos, incluindo a “devolução” “ dos resultados de investigação às populações e grupos objecto de estudo; actividades de extensão; cursos livres abertos a todos os interessados e “dias

abertos” para estudantes do ensino secundário e organizações económicas e sociais; envolvimento da comunicação social nacional, regional e local, etc;

- Envolver, quando justificado, entidades externas ao mundo académico nos processos de investigação, favorecendo uma maior adequação entre o conhecimento produzido e as necessidades e prioridades das entidades envolvidas.

Intercâmbio e cooperação

- Desenvolver práticas regulares de debate, troca de experiências e organização de iniciativas comuns neste domínio entre diferentes Unidades I&D.

2.6. Política científica nacional vs Política científica comunitária

Enquadramento

Na preparação do Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da União Europeia (UE) e da Estratégia 2020 vêm sendo elencados ao nível da UE importantes desafios sociais que as suas populações enfrentam - complexos fenómenos sistémicos e dificuldades prementes no âmbito de sociedades multiculturais e pluringuísticas, fluxos migratórios, sustentabilidade económica e ecológica, envelhecimento da população, preservação do património cultural, participação política dos cidadãos e novas formas de cidadania, efeitos sociais das novas tecnologias de informação e comunicação, segurança das sociedades, entre outros. Estes desafios são ao mesmo tempo oportunidades para otimizar a **articulação entre a política comunitária e as políticas nacionais** de apoio e estímulo ao progresso científico, tecnológico e de inovação, devendo resultar em sinergias cada vez mais produtivas, que por sua vez consolidarão a coesão e a competitividade almejadas para a Europa da Inovação.

A posição do CCCSH

Deve realçar-se, por um lado, **o papel decisivo e instrumental** da investigação científica europeia em **ciências sociais e humanidades** na identificação e enquadramento das questões que dominarão as próximas décadas. Por outro lado, o posicionamento epistemológico destas áreas científicas há muito se revela crucial não apenas na **concepção qualificada de respostas inovadoras e eficazes a problemáticas sociais** mas também - não menos importante - na previsão e prevenção de ocorrências nefastas para as populações do futuro. Neste sentido, qualquer abordagem política a estes desafios que não incorpore o contributo das ciências sociais e humanidades anuncia não apenas o seu inevitável fracasso, como representa em si mesma uma outra forma de perigo para as sociedades.

Para o desenvolvimento estratégico da União Europeia impõe-se de igual forma que os próximos quadros de financiamento de investigação saibam **promover a inovação sem descuidar a mobilização da coesão e inclusão social e cultural da Europa**. Sem estas, ficarão seriamente comprometidas não apenas a competitividade do projecto europeu ao nível global mas também a sua própria viabilidade enquanto realidade política. O momento crítico que a União Europeia atravessa realça a importância, para a sua continuidade, das questões económicas a par das questões sociais, culturais e identitárias. Só o financiamento e as infra-estruturas adequados à investigação em ciências sociais e humanidades a partir de 2013 poderão assegurar o necessário enquadramento, monitorização e tratamento das grandes problemáticas sociais que marcarão as próximas décadas na Europa.

Do mesmo modo, são fundamentais os contributos das ciências sociais e humanidades para a **aproximação entre a ciência, a sociedade e o sector público**, pelo que esta vertente deve ser contemplada de forma explícita e expressiva no futuro financiamento comunitário, tal como acontece com o favorecimento da aproximação entre a ciência e as empresas.

Recomendações

Sobre política científica comunitária

- No espírito do princípio de subsidiariedade que rege a União Europeia, esta deve assegurar plataformas transnacionais de investigação de ponta que possam responder aos desafios que não é possível ou útil abordar parcelarmente ao nível nacional;
- A política científica comunitária deve promover crescentemente programas de financiamento de apoio à pesquisa colaborativa transeuropeia sobre as problemáticas sociais, estimulando a criatividade e inovação das soluções e assim a vantagem competitiva da Europa;
- Deve corrigir-se a sub-representação das ciências sociais e humanidades nas actividades financiadas a nível europeu, assim como uma ênfase ostensiva na rentabilização económica do conhecimento, que comprometem o acesso ao financiamento e a autonomia das ciências sociais e humanidades.

Sobre o papel da FCT

- A própria necessidade de diferenciação e articulação estratégica entre política científica nacional e política científica comunitária pode constituir uma oportunidade para que a política científica nacional nas áreas das ciências sociais e humanidades se interesse de forma acrescida por vias de investigação que emergem do contexto nacional e para ele revertem;
- No espírito do princípio de subsidiariedade, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia deve cumprir a sua missão fundamental na capacitação, consolidação e internacionalização da massa crítica nacional em ciências sociais e humanidades, promovendo dessa forma o potencial competitivo da investigação neste domínio dentro e fora do país;
- Continuar a captar investigadores, em particular da camada mais jovem, para essa cultura científica de excelência, com vista à preparação do futuro;
- Continuar a atrair investigadores internacionais de excelência com vista à partilha de conhecimentos e práticas de excelência na investigação;
- Complementar as políticas científicas comunitárias:
 - ✓ Divulgando eficazmente as áreas temáticas prioritárias definidas ao nível europeu junto das unidades de investigação;
 - ✓ Identificando aspectos específicos da realidade científica portuguesa de inegável relevo estratégico e que são de responsabilidade e interesse nacional.

Em ambos os casos, deve ser considerado o financiamento de áreas temáticas de investigação e desenvolvimento prioritárias e estratégicas.

- Grupos inter-Conselhos Científicos da FCT deverão ter um papel na identificação de áreas temáticas prioritárias para a política científica nacional, com apoio do Gabinete de Promoção do Programa Quadro (GPPQ) e do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Realções Internacionais (GPEARI).

Recomendações às Unidades I&D

Verificando-se ao longo das duas últimas décadas um assinalável crescimento quantitativo e qualitativo da investigação nas ciências sociais e humanidades em Portugal, é de todo o interesse para as unidades I&D:

- Continuar a estabelecer metas de excelência para a sua investigação;
- Procurar fortalecer a sua capacidade e consolidar as massas críticas nacionais através de parcerias e redes intra- e internacionais de excelência;
- Participar de forma relevante na investigação de questões prementes da sociedade europeia, que lhes permitam competir ao nível europeu e captar financiamentos comunitários;

- Procurar aumentar os índices de participação portuguesa nos programas europeus de ciência, tecnologia e inovação.

CAPÍTULO 3. PRÓXIMOS PASSOS

Cumprindo a missão que lhe está formalmente atribuída, o CCCSH pretende agora focar as suas actividades em duas tarefas prioritárias:

- **Clarificar o contributo das ciências sociais e das humanidades para a concretização da *Estratégia Europa 2020* (Comissão Europeia) e para identificação de respostas às questões colocadas no *Livro Verde*** acerca dos futuros programas de financiamento da investigação e inovação da União Europeia, levando em conta recomendações internacionais, produzidas nomeadamente pela UNESCO e pela European Science Foundation, e nacionais, retirando partido do processo de auscultação desenvolvido junto das unidades I&D;
- **Elaborar pareceres de iniciativa** em domínios ou sobre aspectos considerados estrategicamente relevantes para melhorar a excelência e o impacte das ciências sociais e das humanidades (em articulação com outras ciências), de que destacamos os seguintes:
 - ✓ Avaliação dos programas de doutoramento para efeitos de atribuição de bolsas;
 - ✓ Identificação de áreas prioritárias que permitam a valorização internacional das capacidades e competências de investigação existentes em Portugal: por exemplo, o tema “diálogo de culturas” (ver Caixa 1) num contexto de emergência de novos países, como o Brasil, a Índia e a China, e o desenvolvimento de estratégias competitivas de diplomacia científica;
 - ✓ Redefinição das áreas científicas das ciências sociais e das humanidades para efeitos de avaliação de unidades I&D, projectos e bolsas;
 - ✓ Contributos para uma política de incentivo à publicação em língua portuguesa em revistas indexadas;
 - ✓ Contributos para o desenvolvimento, na FCT, de dispositivos de monitorização dos processos de avaliação sob sua responsabilidade, visando aumentar a capacidade interna de reflexividade sobre os resultados desses processos e reforçar a sua componente pedagógica e de factor de aprendizagem junto das unidades I&D e responsáveis de projectos alvo de avaliação.

Caixa 1
Tema “Diálogo de Culturas”

A capacidade de a investigação em CSH contribuir para a solução dos problemas que afectam a sociedade no mundo contemporâneo em geral e na Europa em particular depende da obtenção de níveis científicos de excelência. O esclarecimento destes problemas exige uma concentração de recursos em torno de temas especialmente relevantes, em termos estratégicos. A contribuição da ciência para a resolução de problemas de nível mundial ou continental aconselha que sejam definidos temas de investigação e programas especiais para sobre eles fazer incidir a investigação científica. Na área das ciências sociais e humanidades um dos temas que mais claramente reúne tais condições é o do «diálogo de culturas», que tem mobilizado os esforços da UNESCO e se relaciona com uma prática tradicional da cultura portuguesa.

Este tema abrange uma gama de investigações visando a resolução de graves e complexos problemas sociais, económicos, culturais e políticos da época actual, relacionados com a mobilidade populacional, a globalização económica, os direitos humanos e de cidadania, os novos meios de comunicação pessoal e de massa. Estes problemas interferem nos valores culturais e éticos, nos padrões de comportamento, nas práticas religiosas e nas formas de pensamento, originando situações propícias a conflitos, à emergência de formas de racismo e xenofobia, à exacerbação de fenómenos de nacionalismo, a equívocos e dificuldades de adaptação a culturas alheias. Os desfazamentos culturais manifestam-se em aspectos tão distintos como as formas de prestar ajuda humanitária a populações carenciadas ou fenómenos associados à emergência económica e cultural de países como a China, a Índia ou o Brasil, com os quais Portugal tem relações históricas privilegiadas.

Por outro lado, é fundamental preservar os vestígios materiais e imateriais de realizações culturais especialmente relevantes do ponto de vista patrimonial (cf. UNESCO e respectiva política de salvaguarda, *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, 2003), o que tem efeitos próprios sobre o turismo cultural.

Portugal tem, a este respeito, responsabilidades especiais, não só por ter sido o primeiro país europeu a desenvolver relações culturais e económicas com os povos de outros continentes, mas também por as ter mantido durante centenas de anos, deixando marcas ainda hoje visíveis em muitas regiões do globo. A importância destas tradições reconhece-se até na especial atenção que as duas mais importantes fundações culturais portuguesas, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Oriente, sempre lhes consagraram. Portugal foi, além disso, o país que manteve no Oriente e em África uma presença mais prolongada, de que decorre o dever de realizar investigação científica sobre tais contextos, de rentabilizar a considerável acumulação de saber entretanto conseguida, de aproveitar os créditos históricos que tem neste capítulo para estudar e promover o encontro de culturas. Acresce que o desenvolvimento destes estudos dará uma base sólida à diplomacia cultural, económica e científica portuguesa no mundo.

Todavia, não pode deixar de se reconhecer que Portugal tem, neste capítulo, um grave défice resultante da inexistência ou debilidade do conhecimento das línguas não europeias, sobretudo das línguas orientais. A adopção do “Diálogo de Culturas” como tema prioritário exige um esforço grande em ordem ao ensino intensivo do árabe e das principais línguas asiáticas.

ANEXO 1

SCIENTIFIC COUNCIL FOR SOCIAL SCIENCES AND THE HUMANITIES

FOUNDATION FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY, PORTUGAL

POSITION ON THE “GREEN PAPER”

José Mattoso, João Ferrão, Luísa Pedroso Lima, Inês Duarte, Rosa Perez, João Ferreira do Amaral, Heitor Alvelos, Vasilis Koulaidis, Paula Elyseu Mesquita

18 May 2011

The Green Paper “From *Challenges* to Opportunities: Towards a Common Strategic Framework for EU”, issued by the European Commission, “launches a public debate on the key issues to be taken into account for future EU research and innovation funding programmes (p. 2).

The document defends the need for innovative solutions to tackle the key issues with which contemporary societies are faced (economic crisis, climatic change, demographic ageing, increased competition in the context of globalisation, etc.). Additionally, current restrictions on public budgets bring about new demands to public funding of research and innovation in Europe. In this context, the Green Paper is based on a number of assumptions on how Europe needs to improve, with which we agree:

- Its performance in the research and innovation domain;
- The articulation between research and innovation;
- The efficiency of public investment in research and innovation;
- The role of EU-wide programmes;
- The integration of EU policies and funding from research to their use;
- The broad understanding of “innovation”, which incorporates dimensions which go beyond technological innovation.

Based on these assumptions, and referring to the interim assessments of the 7th Framework Programme and of the Competitiveness and Innovation Framework Programme, the Green Paper lists the main improvements to be introduced in future programmes supporting research and innovation, and proposes the key aspects of a Common Strategic Framework for the funding of research and innovation in the EU.

The future Common Strategic Framework should be in line with the priorities of the 2020 European Strategy, efficiently addressing the current major societal challenges and contributing to the reinforcement of competitiveness in Europe. Towards each one of these three major aims, the Green Paper poses several questions, calling for a public debate which allows identifying specific proposals relative to EU research and innovation funding programmes throughout 2011.

Most of the questions asked aim to elicit concrete suggestions, which will allow an adequate response to objectives which have become consensual: clarification of the objectives of funding programmes, rationalisation of the instruments available, simplification of procedures, increase in the participation of programmes, improved efficiency of EU support in terms of competitiveness and societal impact.

However, *the framework texts regarding the three major objectives pursued by the EU’s Common Strategic Framework for the funding of research and innovation (carrying out the Europe 2020 Strategy; address societal*

challenges; enhance Europe's competitiveness) *do not seem to represent a balanced vision of the lacunae and consequent improvements identified in the previous chapters*. In fact, the transition from the overview to the framework texts suggests a selective reading which could compromise the definition of the mission, objectives and priorities which should be followed by investment programmes carried out in the context of the Common Strategic Framework.

The answers to the questions should warrant the necessary *coherence between the overview and the guidelines of future funding research and innovation support programmes*. But the desired coherence demands a prior *strategic vision underlying the Common Strategic Framework*. In turn, that vision implies *previous clarification of the several key-questions*.

1. **Balanced vision of the several items at stake**

The design of future research and innovation support programmes should distinguish four items, tied to different objectives but mutually complementary:

- Fundamental innovation (scientific innovation);
- Research–market relation (competitiveness);
- Research - society relation, distinguishing citizens at large and civil society entities (third sector) (social innovation);
- Research–administration relation (quality of political decisions).

It is a fact that the Green Paper refers to aspects pertaining to the four components. It is equally true that in this document it is stated that citizens, businesses and the public sector “should be involved much earlier in our actions to accelerate and broaden the exploitation of results and to encourage greater public acceptance in sensitive fields such as security or nanotechnology.” (p. 6).

Nevertheless, unlike the firm position adopted in the Green Paper advising a “break away from traditional compartmentalised approaches” (p.4), in this regard several excerpts throughout the text betray a conventional ‘modern’ view of science, excessively focused on the production and transfer of knowledge in favour of the market. It remains a fact *that other dimensions have always been equally important*, and that *they are particularly decisive in the context of growing complexity and uncertainty which characterises contemporary societies*.

The mission of science and the very concept of “making science” has changed; citizens are nowadays more aware of the risks they face, and therefore demand more information and knowledge; third sector entities see their attributions increased in a context of diminishing direct State intervention, which increases their needs in terms of qualifications and capacity building; entities from national, regional and local administrations seek greater efficiency in a framework that must have increased participation, collaboration and coordination, but at the same time faces tightening budgetary restrictions which may compromise the quality of public decisions.

In this context, which will mark the coming years, *the research-society relation and the research–administration relation should occupy as prominent a place as the deficit of active involvement of SMEs and be adequately identified in the Green Paper, in a vision not limited to improved dissemination of research outputs but widened to goals of participation in the research processes themselves and of increasing the ability of agents with very diversified needs and interests to effectively appropriate those outputs*.

2. Scientific Freedom vs. Pre-established priorities

The urgency in responding to the major issues facing contemporary societies, the tightening restrictions to public funding and the need to mobilise new knowledge produced towards new collective and individual skills, more efficient decision processes, more competitive and job-creating ways of economic growth and sustainable development processes imply a selective vision, which identifies priorities and goals. It is therefore understood that a significant parcel of support to research and innovation must be predefined in favour of goals and domains considered as a priority.

However, this legitimate and necessary option should not have as a consequence an excessive instrumentalisation of research processes and a resulting restriction of scientific freedom and creativity.

Fundamental research and the existence of mechanisms that enable researchers to define themes and fields which they intend to develop not only warrant the principle of scientific freedom but also represent an irreplaceable source of creativity and innovation, allowing to identify new problems and to anticipate new answers not contemplated by pre-established priorities. This possibility is particularly decisive in contexts of great unpredictability, as happens nowadays. At this level, *the importance of inclusive European structures for the funding of fundamental research must be underscored, since in countries with smaller investment in science it frequently takes second place in favour of applied research, thus limiting the creative freedom of researchers.*

On the other hand, research on predefined themes is frequently interdisciplinary, and this type of research has met with difficulties as regards the definition of consensual standards for excellence. *Reflection on this point is urgent, as is the identification of orientations and ways to foster the quality of research in transdisciplinary spaces.*

3. Excellence vs. Inclusion

Any public policy of support to research and innovation must aim at the excellence of results. This goal is particularly relevant in the growingly globalised and competitive world we live in.

Notwithstanding, the pursuit of excellence in contexts marked by great complexity contends with objectives of equality of opportunities, often marginalising entities or groups of undeniable scientific merit which face obstacles of an organisational, bureaucratic, linguistic or geographic nature, with prevent them of participating in line with their excellence.

In this sense, we regard as *highly important the existence of instruments which systematise information on European scientists* (extremely useful to guarantee the equality of opportunities in processes of scientific evaluation – review referees, project, CV, and research unit evaluation) and which divulge and assess scientific production at a European level, continuing the pioneering work of the ERIH programme of the European Science Foundation. Such measures would facilitate truly inclusive processes, since they would allow access to information on people and publications of excellence in countries where the dominant languages of the European Union are not spoken.

The tight *collaboration between EU programmes supporting research and innovation and the funds for political cohesion* (economic, social, and territorial), adequately upheld in the Green Paper, *should therefore constitute a priority in the sense of democratising both research processes and the economic and societal impact of the research carried out.*

4. The added value of community programmes of support to research and innovation

The Green Paper adequately identifies the need to multiply initiatives at a European Union scale, albeit recognising that a large part of public funding of research and innovation in Europe is organised at a national level. In reality, only those initiatives can enable the sustainable development of transnational devices which

allow for comparative systematic approaches involving the various member-States, and further, an integrated, systematic vision of the community space as a whole.

The support to *the creation and development of mechanisms of this kind (European databases / infrastructure supporting research, European networks of national and regional observatories, archive networks, etc.) is thus a necessity*, as they are positive externalities for researchers, private and public decision-makers and citizens at large, and contribute to the consolidation of the European project as a referential framework that acknowledges and values the diversity within the European Union.

Equally a necessity is *the sustained support to the mobility of researchers, teaching staff and students within the European Union*, preserving and diversifying the development of research networks of excellence within the European area, embodied in ERA.

5. The advantages of theoretical and methodological pluralism

Unlike other parts of the globe, Europe conciliates the advantages of the existence of national schools of thought with a long tradition and singularity with the benefits associated with the active participation in transnational and global networks of scientific production.

In fact, Europe has a theoretical and methodological diversity which allows transforming the confrontation of ideas and the development of scientific controversies into innovation factors.

This is, and must remain, one of the distinctive traits of scientific research carried out within the European Union. *Theoretical and methodological pluralism, associated to the furthering of interdisciplinary practices, institutional cooperation and internationalisation, must stand as a central objective of research and innovation programmes.*

6. The European Union as an intercontinental platform of knowledge

The Green Paper acknowledges that a stronger involvement of third countries would offer opportunities to capture the benefits of knowledge produced outside the EU.” (p.6). Although this is correct, it falls short.

In reality, given its history, Europe offers a great potential as an intercontinental platform for the transfer and crossover of knowledge and skills, which it should proactively mobilise.

Future research and innovation programmes should value the capacity of the European Union to lead new combined knowledges and skills, making the most of the existing legacy of historical relations, which confer distinction and at the same time foster the development of the third countries involved.

7. Social Sciences and the Humanities as catalysts of the aspects above listed

Given their characteristics, Social Sciences and the Humanities should play a relevant role in the pursuit of the strategic orientations identified in the numbers above.

Social Science research has traditionally been linked to a critical vision of social reality and visions on social change. However, Social Sciences and the Humanities are nowadays fundamental to:

- Guarantee a systemic and interdisciplinary vision of the major challenges facing contemporary societies;
- Establish a new culture of trust, dialogue, and cooperation among science, private and public decision-makers, and citizens at large;

- Formulate new questions, listing emerging problems of contemporary societies and eliciting the creation of new opportunities;
- Value pluralism and the legacy of diversity of privileged contacts with wide areas of the globe as a source of creation of new knowledge and innovation;
- Privilege the cultural and linguistic diversity that characterises Europe, as a result of migrating and diaspora processes, and whose existence in the European context necessarily leads to the definition of new policies of citizenship, human rights, and language, of a new Ecumene – and for the understanding of which Social Sciences and the Humanities are particularly equipped for.

Portugal is able to offer a relevant contribution in the context of these strategic guidelines, given its privileged ties with so-called emerging countries like Brazil and India, on the one hand, and on the other, given its long-term coexistence with non-European cultural and religious practices. The same happens with most of the European countries, which have historical conditions that make them important hubs of global science change.

Additionally, Portugal, as other European countries, can offer important case studies for some of the main social and economic deadlocks currently facing Europe (from ecology and the environment to ageing and rural desertification), and thus to the establishment of adequate research methodologies.

At the same time, however, Social Sciences and the Humanities are severely lacking in some ways, when compared to other scientific domains: the existence of a history of relative marginalisation in the context of Community programmes of support to research and innovation; the difficulty in mobilising non-public funding because of less immediate profitability of the knowledge produced, etc.

The contradiction between, on the one hand, the value of the potential contribution of Social Sciences and the Humanities to the development of the European Union and the political affirmation of the European project, and, on the other, the scarce funding of research activities carried out in this domain, demands concrete answers at the level of programmes and instruments to be adopted in the context of the future Common Strategic Framework.

ANEXO 2

CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

ÁREAS CIENTÍFICAS

- Antropologia
- Ciências da Linguagem
- Ciências da Comunicação
- Ciências e Políticas da Educação
- Ciências Jurídicas
- Ciências Políticas
- Demografia
- Economia
- Estudos Africanos
- Estudos Artísticos
- Estudos Literários
- Filosofia
- Geografia
- Gestão
- História
- Psicologia

ANEXO 3

CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

UNIDADES I&D ACTUALMENTE FINANCIADAS PELA FCT

LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

- Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra
- Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa

UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

➤ SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA, DEMOGRAFIA E GEOGRAFIA

- Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA)
- Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS)
- Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI)
- Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)
- Centro de Estudos Geográficos (CEG)
- Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)
- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
- Centro de Investigação em Ciências Sociais
- Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS)
- Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO)
- Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNova)
- Dinâmia-CET - Centro de Estudos Sobre a Mudança Socioeconómica e o Território
- Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional (e-GEO)
- Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

➤ ECONOMIA E GESTÃO

- Grupo de Estudos Monetários e Financeiros
- Centro de Estudos de Gestão do IST (CEG-IST)
- INOVA – Economia
- Unidade de Investigação em Desenvolvimento Empresarial (UNIDE)
- Núcleo de Estudos em Ciências Empresariais (NECE)
- Unidade de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais (UNICEE)
- Unidade de Estudos sobre a Complexidade e Economia
- Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica (CEMAPRE)
- Centro de Estudos em Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA)
- Centro de Estudos de Gestão e Economia
- Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada (NIMA)
- Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE)
- Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia da Universidade de Évora
- iMARKE – Investigação em Marketing e Estratégia
- Advance – Centro de Investigação em Marketing e Estratégia
- Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF)
- Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior (UDI/IPG)
- CEFUP – Centro de Economia e Finanças

➤ **HISTÓRIA**

- Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ)
- Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
- Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa
- Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência (CEHFC-UE)
- Centro de Estudos de História Religiosa
- Centro de Estudos Históricos
- Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS 20
- Centro de História da Cultura
- Centro de História da Sociedade e da Cultura
- Centro de História de Além-Mar
- Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITEM)
- Centro de Investigação Transdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora
- Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia – FC-UL/FCT-UNL (CIUHCT)
- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)
- Gabinete de História Económica e Social
- Instituto de Estudos Medievais
- Instituto de História Contemporânea

➤ **PSICOLOGIA**

- Centro de Estudos de Psicologia Cognitiva e da Aprendizagem
- Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC)
- Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS)
- Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi)
- Centro de Investigação em Psicologia da Universidade de Lisboa
- Centro de Psicologia da Universidade do Porto
- Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social
- Psicologia Cognitiva do Desenvolvimento e da Educação
- Unidade de Investigação em Psicologia e Saúde (UIPES)

➤ **CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

- Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA)
- Centro de Estudos em Letras
- Centro de Linguística da Universidade de Lisboa
- Centro de Linguística da Universidade do Porto
- Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa
- Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)

➤ **ESTUDOS ARTÍSTICOS**

- Centro de Estudos Arnaldo Araújo (CEAA)
- Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
- Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista Professor Caldeira Cabral
- Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical
- Centro de Estudos de Teatro
- Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora (CHAIA)
- Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes
- Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design
- Centro de Investigação em Artes e Comunicação (CIAC)
- Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias das Artes
- Centro de Investigação em Território, Arquitectura e Design
- ID+ (Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura)

- Instituto de Etnomusicologia
 - Instituto de História da Arte
 - Unidade de Investigação em Design e Comunicação (UNIDCOM/IADE)
 - UniMeM – Unidade de Investigação em Música e Musicologia
 - Vidro e Cerâmica para as Artes
- **ESTUDOS AFRICANOS**
- Centro de Estudos Africanos
 - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
 - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
- **ESTUDOS LITERÁRIOS**
- Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS)
 - Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa (CEAUL)
 - Centro de Estudos Clássicos
 - Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
 - Centro de Estudos Comparatistas
 - Centro de Estudos de Comunicação e Cultura
 - Centro de Estudos Humanísticos
 - Centro de Investigação em Estudos Germanísticos
 - Centro de Literatura Portuguesa
 - Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos
 - Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL)
 - Instituto de Estudos de Literaturas Tradicional
 - Instituto de Literatura Comparada
- **FILOSOFIA**
- CEFi – Centro de Estudos de Filosofia
 - Centro de Estudos do Pensamento Português
 - Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos
 - Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
 - Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa
 - Instituto de Filosofia
 - Instituto de Filosofia da Linguagem
 - Instituto de Filosofia Prática
 - Linguagem, Interpretação e Filosofia (LIF)
- **CIÊNCIAS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO**
- Centro de Estudos da Criança
 - Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde
 - Centro de Investigação – Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores
 - Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES)
 - Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE Porto)
 - Centro de Investigação em Educação
 - Centro de Investigação em Educação (CIIE UMa)
 - Centro de Investigação em Educação e Ciências do Comportamento
 - Centro de Investigação em Formação de Profissionais de Educação da Criança
 - Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
 - Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento (UIED)

➤ **CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

- Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens
- Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
- Centro de Investigação Media e Jornalismo
- LABCOM - Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-Line

➤ **CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIÊNCIAS POLÍTICAS**

- Centro de Administração e Políticas Públicas
- Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais
- Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS)
- Centro de Investigação Jurídico-Económica
- Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar
- Instituto do Oriente
- Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais (NEDAL)
- Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas (NEAPP)
- Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais
- Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas

ANEXO 4**CARTA DIRIGIDA AO PRESIDENTE DA FCT SOBRE PLURALISMO E ABERTURA INTERDISCIPLINAR NA INVESTIGAÇÃO SOBRE A ECONOMIA****21 Janeiro 2011**

Pelo pluralismo e a abertura interdisciplinar na investigação sobre a economia

Ex. Sr. Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Professor João Sentieiro

A percepção de que existe dentro da crise económica uma crise da Economia, como disciplina académica, tem-se vindo a acentuar nos últimos anos.

Essa percepção é acompanhada de apelos cada vez mais audíveis a favor de um reforço do pluralismo interno e da abertura interdisciplinar da Economia capaz de estimular a inovação e a renovação teórica.

A urgência que se faz sentir no presente reforça tendências anteriores. De facto, nas últimas décadas tem-se vindo a acentuar não só a consciência da necessidade de reforço do pluralismo teórico no interior da Economia, como o interesse pelo estudo interdisciplinar da economia por parte quer de economistas, quer de investigadores de diferentes áreas disciplinares das ciências sociais, tais como a Sociologia, a Psicologia, a Ciência Política, ou a Antropologia, mas também de outras áreas de conhecimento como a Física, a Biologia, as Ciências da Computação, as Neurociências ou a Filosofia.

Na investigação orientada para a procura de soluções para problemas reais da economia e sociedade, a colaboração entre domínios do saber e perspectivas teóricas diversas tem vindo a aumentar com bons resultados, quer no plano internacional, quer em Portugal.

Confirmação de que estas tendências se estão a afirmar é a atribuição recente do “prémio Nobel da Economia” a economistas tão inovadores como Amartya Sen e a investigadores com formação disciplinar diversa, em áreas distintas da ‘economia’, como Daniel Kahneman e Elinor Ostrom.

Os abaixo assinados docentes e investigadores avaliam positivamente estes desenvolvimentos e procuram com o seu trabalho incentivá-los e reforçá-los, nomeadamente no contexto nacional. A renovação de que o pensamento económico urgentemente carece passa efectivamente pela abertura dos estudos sobre a economia a diferentes correntes teóricas da Economia e a diversas perspectivas disciplinares.

Existindo na FCT uma área de “Economia e Gestão” seria de esperar que as tendências acima identificadas tivessem expressão num reforço do pluralismo teórico e da interdisciplinaridade nos projectos financiados nesta área. Acontece no entanto que, em Portugal, os painéis de avaliação de projectos da FCT nas áreas da “Economia e Gestão” não partilham do mesmo entusiasmo pelo reforço da interdisciplinaridade e do pluralismo teórico. Pelo contrário, têm sistematicamente isolado o campo da Economia e promovido uma unicidade empobrecedora dos estudos nesta área, hostilizando a diversidade e subordinando o único critério justo - o da qualidade – ao da lealdade ao cânone teórico da sua preferência.

Os investigadores abaixo assinados têm uma longa e frustrante experiência com estes painéis. Muitos deles viram projectos rejeitados com base em julgamentos sumários exclusivamente baseados na não conformidade com as normas da economia “neoclássica”. Felizmente, alguns desses mesmos projectos vieram a ser re-submetidos com sucesso e excelentes avaliações ao Programa Quadro da UE ou a outros painéis da FCT.

A situação de predomínio de uma concepção particular da Economia nos painéis de avaliação de projectos na área da “Economia e Gestão” da FCT representa um problema para a investigação sobre economia em Portugal. Dificulta a inserção dos investigadores portugueses nas redes internacionais que estão a renovar o pensamento económico, dificulta a acumulação de conhecimento plural sobre a economia portuguesa, os seus problemas e as soluções possíveis, constitui um obstáculo à inserção na actividade dos nossos Centros de

jovens investigadores e de estudantes de doutoramento empenhados em explorar e desenvolver novas perspectivas.

A FCT pela importância do papel que desempenha no financiamento da investigação fundamental realizada a nível nacional e na sua articulação com a formação avançada de nível doutoral não pode deixar de responder a esta situação de bloqueio institucional numa das suas áreas de investigação.

Os investigadores e docentes abaixo assinados vêm assim propor à FCT que encare soluções tendentes a garantir o pluralismo na avaliação de projectos sobre economia, nomeadamente a criação já no próximo concurso de projectos de investigação em todos os domínios científicos de uma área de “Estudos de Economia e Sociedade” capaz de acolher e compreender abordagens ao estudo da economia não circunscritas aos cânones que vigoram no actual painel de avaliação de “Economia e Gestão”.

Certos de que estas preocupações e proposta merecerão a consideração esperada, subscrevemo-nos,

Adelino A. Torres Guimarães (Professor Catedrático Jubilado do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa)

Alexandre Abreu (Doutorando em Economia, School of Oriental and African Studies – Universidade de Londres, CEG)

Álvaro Pereira (Técnico Superior Principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, DED)

Amélia Bastos (Professora Auxiliar do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, CEMAPRE)

Ana Cordeiro dos Santos (Investigadora do CES da Universidade de Coimbra)

Ana Costa (Professora Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)

Ana Cristina Ferreira (Professora Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

António Carlos dos Santos (Professor da UAL, SOCIUS e Gabinete de Estudos da OTOC)

António Garcia Pereira (Professor Auxiliar do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS)

António Mendes da Silva Ferraz (Professor Catedrático da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho)

Aurora Amélia Castro Teixeira (Professora Auxiliar com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, CEF.UP)

Belmiro Gil Cabrito (Professor Associado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, UI&DCE)

Cândida Ferreira (Professora Auxiliar com Agregação do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, UECE)

Capitolina Patrícia de Brito António (Professora Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CETRAD-UTAD)

Carlos Alberto Farinha Rodrigues (Professor Auxiliar do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, CEMAPRE - Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica)

Carlos Bastien (Professor Associado do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa)

Carlos Sangreman (Professor da Universidade de Aveiro, CESA)

Cristina Maria Paixão de Sousa (DINÂMIA-CET)

Cristina Matos (Professora Auxiliar da Universidade do Minho)

Daniel dos Santos (Professor Auxiliar da Faculté des Sciences Sociales, Universidade de Ottawa)

Elisabete Nobre Pereira (Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério do Trabalho e Segurança Social)

Emanuel Leão (Professor Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)

Fátima Suleman (Professora Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)

Filipe Reis (Professor Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, CRIA)

Francisco José Duarte Nunes (Professor Auxiliar do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, UECE)

Francisco Louçã (Professor Catedrático do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, UECE)

Gustavo Toshiaki Lopes Sugahara (DINÂMIA-CET)

Helena Lopes (Professora Associada do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)

Helena Santos (Professora da Faculdade de Economia da Universidade do Porto)

Henrique Germano Salles da Fonseca (Instituto Superior Económico e Social de Évora)

Hugo Pinto (Doutorando da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

Isabel Salavisa (Professora Associada do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)

João Carlos Graça (Professor Auxiliar com Agregação do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS)
João Carlos Lopes (Professor Auxiliar com Agregação do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, UECE)
João Estêvão (Professor Auxiliar do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, CEsa)
João Guerreiro (Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, CIEO)
João Rodrigues (Investigador do CES da Universidade de Coimbra)
João Tolda (Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, CES)
Jochen Oppenheimer (Professor Catedrático aposentado do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, CEsa)
Jorge Bateira (Economista, Parlamento Europeu)
Jorge Vala (Investigador Coordenador do ICS da Universidade de Lisboa)
José Castro Caldas (Investigador do CES da Universidade de Coimbra)
José Francisco Gandra Portela (Professor Catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CETRAD_UTAD)
José Luís Cardoso (Investigador Coordenador do ICS da Universidade de Lisboa)
José Madureira Pinto (Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Economia do Porto, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
José Manuel Esteves Henriques (Professor Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)
José Manuel Rolo (Investigador Coordenador do ICS da Universidade de Lisboa)
José Reis (Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, CES)
Júlio Marques Mota (Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)
Laura Centemeri (Investigadora do CES da Universidade de Coimbra)
Lina Coelho (Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, CES)
Luís Francisco Carvalho (Professor Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)
Manuel Branco (Professor Associado com Agregação da Universidade de Évora, NICPRI)
Manuel Brandão Alves (Professor Catedrático aposentado do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa)
Manuel Ennes Ferreira (Professor Auxiliar do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS)
Margarida Chagas Lopes (Professora Auxiliar com Agregação do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS)
Maria da Paz Campos Lima (Professora Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)
Maria de Fátima Palmeiro Baptista Ferreiro (Professora Auxiliar do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)
Maria Eduarda Gonçalves (Professora Catedrática do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)
Maria Helena Almeida Silva Guimarães (Professora Associada com Agregação da Universidade do Minho)
Maria Inês Gameiro (Investigadora do DINÂMIA-CET)
Maria Isabel de Deus Mendes (Professora Auxiliar do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS)
Maria Manuela Silva (Professora Catedrática aposentada do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, membro do Conselho Geral da UTL)
Maria Margarida Duarte de Castro Fontes (Investigadora Auxiliar do Laboratório Nacional de Energia e Geologia)
Mário Graça Moura (Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, CEF.UP)
Mário Murteira (Professor Catedrático Jubilado e Professor Emérito do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa)
Muradali Valimamad Ibrahim (Professor Auxiliar com Agregação do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, CESA)
Nuno Dias (Investigador Pós-Doc ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)
Nuno Miguel Ornelas Martins (Professor Auxiliar da Universidade Católica Portuguesa, CEGE)
Paulo Trigo Cortez Pereira (Professor Associado com Agregação do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, UECE)
Pedro Costa (Professor Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)
Pedro Damião de Sousa Henriques (Professor Auxiliar da Universidade de Évora, CEFAGE)
Pedro Hespanha (Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, CES)
Pedro Leão (Professor Auxiliar com Agregação do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, UECE)

Pedro Nogueira Ramos (Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)
Rafael Jorge Marques (Professor Auxiliar do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, SOCIUS)
Raul Lopes (Professor Associado do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)
Renato Miguel do Carmo (Investigador do CIES do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)
Ricardo Mamede (Professor Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)
Ricardo Sequeiros Coelho (Doutorando da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, CES)
Sandro Miguel Ferreira Mendonça (Assistente do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, UECE)
Sérgio Chilra Lagoa (Professor Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINAMIA-CET)
Sílvia Ferreira (Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, CES)
Tanya Vianna de Araújo (Professora Associada do ISEG da Universidade Técnica de Lisboa, UECE)
Tiago Santos Pereira (Investigador do CES da Universidade de Coimbra)
Vasco Alves de Sousa Almeida (Professor Auxiliar do Instituto Superior Miguel Torga, CEPESÉ)
Vasco Barroso Gonçalves (Professor Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET)
Vítor Neves (Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, CES)